



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DG

RELATORIA: DIRETORIA-GERAL - DG

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 53/2024

OBJETO: Deliberação nº 185, de 4 de julho de 2024

ORIGEM: SUCON

PROCESSO (S): 50500.281729/2023-17 e 00424.142455/2024-04

PROPOSIÇÃO PF-ANTT: Parecer de Força Executória (SEI nº 24557861)

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de proposta de Deliberação da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT para referendar a Deliberação nº 185, de 4 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 5 de julho de 2024 (24505044), que emitiu em favor da EPR MINAS GERAIS S/A, o Ato de Outorga do sistema rodoviário da BR-040/MG e autorizou a assinatura do respectivo Contrato de Concessão, nos prazos e condições estabelecidas no Edital nº 04/2023, com a devida publicação do extrato de contrato (24505084) no Diário Oficial da União.

2. FATOS

1. Cuida-se de Ato de Outorga em favor da EPR Minas Gerais S/A para exploração da concessão do Sistema Rodoviário da BR-040/MG (Trecho: Belo Horizonte/MG x Juiz de Fora/MG), objeto do Edital nº 04/2023, e consequente assinatura do contrato de concessão, que, de acordo com o cronograma do edital, está prevista para ocorrer até o dia 09/07/2024.
2. Através do DESPACHO 24490600, a Comissão de Outorga informou nos autos sensibilidade do tema em questão, solicitando deliberação, em caráter de urgência, sobre a assinatura e a respectiva publicação do extrato do contrato.
3. Isto porque, a Concessionária VIA 040, no bojo dos autos do processo 1045433-87.2024.4.01.3400, ajuizou Ação de Medida Cautelar Antecedente pleiteando a suspensão da assinatura do contrato de concessão que foi acolhida pelo juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal em caráter liminar para suspender a assinatura do novo contrato de concessão da Rodovia BR-040, trecho Juiz de Fora - Belo Horizonte, até que houvesse a apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral ou ordem judicial em contrário.
4. No entanto, inconformada com a r. decisão, esta Agência Reguladora interpôs Agravo de Instrumento nº 1022067-34.2024.4.01.0000 e alcançou o deferimento de antecipação da tutela recursal para suspender os efeitos da decisão agravada, ou seja, revogando a liminar concedida e retomando o cronograma elaborado para o empreendimento em questão, conforme Anexo Decisão Judicial - Revogação da Liminar Concedida (SEI nº 24492231) de relatoria do Des. Carlos Augusto Pires Brandão.
5. Desta forma, mediante solicitação do DESPACHO DIRETORIA (SEI nº 24493094), foram encaminhados e publicados no Diário Oficial da União a DELIBERAÇÃO Nº 185/2024 (SEI nº 24505044) e o EXTRATO DE CONTRATO (SEI nº 24505084) em 5 de julho de 2024.

3. ANÁLISE PROCESSUAL

- 3.1. Considerando os aspectos jurídicos e os interesses públicos envolvidos, bem como a litigiosidade da VIA 040 junto ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União com finalidade de impedir a assinatura do contrato, que, de acordo com o cronograma do edital, estava prevista para ocorrer até o dia 09/07/2024, foi vislumbrada a necessidade de assinatura do contrato com a maior brevidade possível para garantir a segurança jurídica do processo e evitar a ocorrência de transtornos, restando devidamente justificadas a situação de urgência e relevância, em conformidade com artigos 47 e 58 do Regimento Interno da ANTT.
- 3.2. Desta forma, mediante solicitação do DESPACHO DIRETORIA (SEI nº 24493094), foram encaminhados e publicados no Diário Oficial da União a DELIBERAÇÃO Nº 185/2024 (SEI nº 24505044) e o EXTRATO DE CONTRATO (SEI nº 24505084) em 5 de julho de 2024.
- 3.3. Considerando a eficácia imediata da decisão, foi exarado o Parecer de Força Executória (SEI nº 24557861) de 08 de julho de 2024 esclarecendo que a decisão que deferiu a tutela em 1º grau estava suspensa pelo Relator do Agravo de Instrumento nº 1022067-34.2024.4.01.0000, de modo que não subsistia nenhum empecilho para a assinatura do contrato de Concessão com a Concessionária vitoriosa no Leilão.
- 3.4. O presente processo foi recebido na Diretoria-Geral no dia 4 de julho de 2024 resultando no DESPACHO DIRETORIA (SEI nº 24493094) autorizando a publicação de Deliberação *ad referendum*, em atendimento ao art. 58 do Regimento Interno da ANTT, *in fine*:

Art. 58. Na impossibilidade de cumprimento do disposto no art. 47, o Diretor- Geral poderá proferir decisão *ad referendum* da Diretoria Colegiada.

§ 1º A decisão de que trata o caput deverá ser apresentada à Diretoria Colegiada, por meio de voto propondo sua aprovação, até a segunda reunião ordinária subsequente à data de publicação do ato.

§ 2º A decisão *ad referendum* perderá eficácia se não confirmada pela Diretoria Colegiada, salvo se houver pedido de vista ou decisão Colegiada em sentido contrário, ficando preservados os efeitos que produziu durante sua vigência.

- 3.5. Como se observa, em situações de urgência e relevância justificadas, a Diretoria Colegiada pode se reunir extraordinariamente, o que, no entanto, não foi possível na situação mencionada, visto que os autos foram submetidos pela área técnica à Diretoria para cumprimento imediato de decisão judicial, de modo que vislumbrou-se a aplicabilidade da decisão *ad referendum*.
- 3.6. Isso posto, considerando a necessidade de atendimento à Decisão Judicial, foi publicada no DOU de 5 de julho de 2024, Deliberação *ad referendum* - Deliberação nº 185, de 4 de julho de 2024 (24505044), que emitiu em favor da EPR MINAS GERAIS S/A, o Ato de Outorga do sistema rodoviário da BR-040/MG e autorizou a assinatura do respectivo Contrato de Concessão, nos prazos e condições estabelecidas no Edital nº 04/2023, com a devida publicação do extrato de contrato (24505084) no Diário Oficial da União.
- 3.7. Dispensada a necessidade de instrução técnica dos autos, nos termos do art. 3º parágrafo único da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 7 DE ABRIL DE 2022, tendo em vista se tratar de processo exclusivamente destinado a cumprimento de decisão judicial, bem como já haver manifestação da área técnica, conforme DESPACHO (SEI nº 24490600), e área jurídica pelo Parecer de Força Executória (SEI nº 24557861) encaminhado pelo Ofício n. 06049/2024/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 24558814), que prestaram subsídios suficientes para elaboração do presente voto à Diretoria Colegiada da ANTT.

3.8. Diante de todo o exposto, e considerando as manifestações técnicas e jurídicas contidas nos autos, cujos argumentos ora são adotados e passam a integrar este ato, nos termos do art. 50, inciso VIII § 1º da Lei nº 9.784/1999, esta Diretoria entende prestados os requisitos para que seja referendada a Deliberação nº 185, de 4 de julho de 2024 (24505044).

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Com estas considerações, VOTO por aprovar a minuta de Deliberação ora apresentada (SEI nº 24614956), para **referendar a Deliberação nº 185, de 4 de julho de 2024** (24505044), publicada no Diário Oficial da União - DOU em 5 de julho de 2024, que emitiu em favor da EPR MINAS GERAIS S/A, o Ato de Outorga do sistema rodoviário da BR-040/MG e autorizou a assinatura do respectivo Contrato de Concessão, nos prazos e condições estabelecidas no Edital nº 04/2023, com a devida publicação do extrato de contrato (24505084) no Diário Oficial da União.

Brasília, 11 de julho de 2024.

RAFAEL VITALE

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL VITALE RODRIGUES, Diretor Geral**, em 11/07/2024, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24614577** e o código CRC **3CD64735**.

Referência: Processo nº 50500.281729/2023-17

SEI nº 24614577

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - www.antt.gov.br